



**CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS  
ATA DA REUNIÃO DE PRIMEIRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E  
DEZESSETE**

1 No primeiro dia do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dez horas, o Conselho  
2 de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, na sala do Conselho  
3 Universitário, sob a presidência da Professora Leila Rodrigues da Silva. Estavam  
4 presentes à sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-Graduação, Andreia Cristina  
5 Lopes Frazão da Silva, o Superintendente Acadêmico de Pesquisa, Marcelo Byrro  
6 Ribeiro, a Superintendente Administrativa da PR-2, Marília Morais Lopes, os  
7 Conselheiros Docentes, representantes dos Centros Universitários, Gregório Malajovich  
8 Munoz (CCMN), Luca Roberto Augusto Moriconi (CCMN), Henrique Fortuna Cairus  
9 (CLA), Rachel Coutinho M. da Silva (CLA), Beatriz Becker (CFCH), Hebe Signorini  
10 Gonçalves (CFCH), Mariane Campelo Koslinski (CFCH), Fabio Neves Perácio de Freitas  
11 (CCJE), Marcelo Alvaro da Silva Macedo (CCJE), Orlando Alves dos Santos Jr. (CCJE),  
12 Paula Chimenti (CCJE), Bruno Lourenço Diaz (CCS), Irene de Almeida Biasoli (CCS),  
13 Katia Vergetti Bloch (CCS), Emerson Oliveira da Silva (CT), José Luis Lopes da Silveira  
14 (CT), os Conselheiros Docentes representantes do Fórum de Ciência e Cultura, Antonio  
15 Carlos de Souza Lima e Carlos Renato Rezende Ventura, o representante do Pólo Macaé  
16 Edison Luís Santana Carvalho, os Conselheiros representantes dos Técnicos-  
17 Administrativos Marcia de Oliveira Cardoso e Sidney de Castro Oliveira e os  
18 representantes Discentes Mariáh Martins, Otto Hebeda e Rosemary Gonçalo Afonso.  
19 Registrou-se a ausência justificada dos Conselheiros: Alexandre Dias Pimenta (FCC),  
20 Aloysio Moraes Rego Fagerlande (CLA), Eliane Guedes (FCC), José Garcia Abreu Jr.  
21 (CCS), Josefino Cabral Melo Lima (CCMN), Marcello Luiz R. de Campos (CT), Maria Alice  
22 Zarur Coelho (CT), Mônica Pereira dos Santos (CFCH) e Paula Chimenti (CCJE). A Pró-  
23 Reitora e Presidente do CEPG, Professora Leila Rodrigues da Silva, deu início à Sessão  
24 pela apreciação das atas dos dias 18 e 25 de agosto de 2017. Colocadas em votação, as  
25 referidas atas foram aprovadas por unanimidade. Passou-se ao Expediente: **1)** O  
26 primeiro informe da Presidente tratou do Edital que a CAPES publicou na semana  
27 passada referente ao Prêmio Vale CAPES de Tecnologia e Inovação. De acordo com a  
28 Presidente, o referido Edital recebeu ajustes esse ano e ampliou o perfil dos  
29 participantes, que agora concorrem em duas categorias: Pesquisador Emérito e Jovem  
30 Pesquisador. A Presidente solicitou o auxílio de todos na divulgação do Prêmio.  
31 Esclareceu os prêmios serão outorgados para os melhores pesquisadores selecionados  
32 na área de Ecologia e Conservação da Natureza, incluindo Tecnologias Socioambientais.  
33 Ressaltou que a universidade tem participado do prêmio nos últimos anos e que  
34 pesquisadores indicados pela UFRJ têm sido contemplados. Acrescentou que a  
35 instituição, responsável pela indicação dos candidatos, receberá a submissão das

36 propostas até o dia 20 de setembro e enviar as que forem selecionadas para a CAPES  
37 até dia 26 de setembro. **2)** Com relação à Portaria sobre o Programa de Qualificação  
38 Institucional (PQI) publicada durante a semana, a Professora Leila informou que todos  
39 os anos no orçamento da instituição há um valor pré-definido para qualificação do  
40 nosso corpo docente e técnico. Esclareceu que a universidade paga a instituições  
41 privadas para a qualificação dos seus técnicos e docentes, mas surgiu a proposta de  
42 criar internamente condições para qualificação de todo corpo social. De acordo com a  
43 Professora Leila, a proposição partiu originalmente da PR-4, mas foi constituída e  
44 assinada por três Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Pró-Reitoria  
45 de Planejamento e Finanças e a Pró-Reitoria de Pessoal. Acrescentou que a  
46 contrapartida da adesão ao PQI é a garantia de que no orçamento haverá um valor  
47 semelhante ao da bolsa de mestrado ou doutorado, variando segundo o nível das  
48 matrículas efetivadas, para que o programa utilize. Destacou que a adesão é feita por  
49 meio de memorando, informando detalhes do edital de seleção. O Professor Fabio  
50 Neves Perácio de Freitas solicitou esclarecimentos acerca da entrada dos candidatos. A  
51 Professora Leila explicou que o programa terá autonomia para decidir como fazer a  
52 seleção. O Professor Emerson Oliveira da Silva questionou se a portaria contempla  
53 somente os cursos stricto sensu. A Professora Leila esclareceu que, em princípio, o  
54 destaque é para mestrado e doutorado, o que não significa que no futuro essa  
55 possibilidade não seja considerada. A Professora Hebe Signorini Gonçalves lembrou que  
56 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia existem servidores cursando mestrado e  
57 doutorado e questionou se o edital cobre a referida cota. A Professora Leila respondeu  
58 que sim, uma vez incluída no edital essa decisão. **3)** Acerca da distribuição de recursos  
59 para a manutenção de equipamentos, a partir de verba disponibilizada pela CAPES, a  
60 Presidente comunicou que a PR-2 recebeu os pedidos encaminhados pelos Programas  
61 de Pós-Graduação e começou a sistematizar o referido material. Em seguida, o  
62 Superintendente de Pesquisa, Professor Marcelo Byrro Ribeiro, fez a apresentação da  
63 proposta elaborada pela PR-2 para a distribuição dos recursos, que será objeto de  
64 discussão pela comissão de apoio. **4)** A Professora Kátia Vergetti Bloch informou que  
65 esteve presente na aula inaugural da Pós-Graduação do Instituto de Puericultura e  
66 Pediatria Martagão Gesteira, realizada no dia 29 de agosto, destacando que o Programa  
67 está sendo reaberto. **5)** O Professor Marcelo Alvaro da Silva Macedo informou que  
68 durante a semana todos os Comitês de Avaliação (CA) do CNPq se reuniram para  
69 avaliar pedidos de bolsas especiais e apoio à realização de eventos. De acordo com o  
70 Professor Marcelo, os CAs receberam uma nova instrução em relação à priorização dos  
71 pedidos, pois todos os pedidos de uma mesma natureza foram priorizados juntos.  
72 Ressaltou que a solicitação do CNPq tem como pano de fundo os problemas  
73 orçamentários, o que vai dificultar ainda mais o atendimento das bolsas para quem  
74 optou por alternar os pedidos. Acrescentou que durante a semana foram implantados  
75 os pedidos de bolsas especiais analisados em maio, demonstrando preocupação com o  
76 número de bolsas concedidas. **6)** O Professor Antonio Carlos de Souza Lima informou  
77 que no dia 2 de setembro, iniciando às 15h00minh, haverá a segunda Marcha pela  
78 Ciência liderada pela SBPC no Museu do Amanhã. Destacou que o principal foco da

79 atividade será a questão dos cortes em Ciência e Tecnologia. **7)** O informe do Professor  
80 Herbert Guedes tratou da licitação para continuação da obra do Campus em Santa Cruz  
81 da Serra. Segundo o Professor Herbert, a empresa vencedora é a mesma que está  
82 fazendo a obra em Duque de Caxias. Acrescentou que ano que vem o Pólo completa 10  
83 anos e a previsão é que quando as aulas recomeçarem, em março de 2018, já será  
84 ocupando o novo campus. **8)** O segundo informe do Professor Herbert Guedes tratou  
85 da adesão de Xerém ao PROFBIO nacional, que já abriu a turma, com todas as vagas  
86 preenchidas. Passou-se à **Ordem do Dia – Cotutela**. A Professora Leila informou que o  
87 Diretor de Relações Internacionais está a caminho e iniciou a discussão do referido  
88 tema. Após leitura dos primeiros parágrafos da proposta de resolução de cotutela, foi  
89 aberta a palavra para destaques. Os conselheiros apresentaram dúvidas referentes ao  
90 artigo 1º, que fala de parceria acadêmica entre a UFRJ e uma instituição estrangeira,  
91 questionando se não precisa estar explícito que será estabelecida entre um programa  
92 de pós-graduação da UFRJ e um de uma universidade estrangeira. O Professor Gregório  
93 informou ter uma proposta alternativa. A Professora Beatriz Becker apontou quatro  
94 pontos que, em sua opinião, há divergências. O primeiro é a definição do conceito de  
95 cotutela; o segundo, de acordo aberto; o terceiro é a forma de acesso; e o quarto é a  
96 responsabilidade da DRI no processo. A Professora Beatriz esclareceu que, além desses  
97 pontos, existe uma questão anterior, que é uma vontade de promoção da  
98 internacionalização. A Professora Leila sugeriu que o tema deveria ser devolvido à  
99 Comissão, para que se possa verificar quais aspectos são considerados consensuais e  
100 amadurecer um pouco mais a proposta. O Professor Orlando Alves dos Santos Jr.  
101 sugeriu discutir os quatro pontos propostos pela Conselheira Beatriz. A Presidente  
102 informou que a mesa acatava tal encaminhamento e, em seguida, colocou em votação  
103 a proposta, que foi aprovada com 3 votos contrários e 7 abstenções. O Professor  
104 Orlando ressaltou que, dos quatro pontos, não vê a necessidade, no momento, de  
105 tratar da dupla diplomação para além da cotutela. Com relação ao papel dos programas  
106 de pós-graduação, o Professor Orlando acrescentou que os acordos de cotutela  
107 fechados estão bem delimitados na proposta, porém o acordo aberto, não. O Professor  
108 Orlando questionou o papel da pós-graduação na proposta de resolução e destacou ser  
109 importante manter o acordo entre as universidades, porque dá segurança institucional.  
110 O Professor Marcelo Alvaro esclareceu que é necessário estabelecer, como ponto de  
111 partida, se os acordos de cotutela serão feitos entre os programas ou entre as  
112 universidades, caso contrário, não será possível avançar para os pontos seguintes. O  
113 Professor José Luis Lopes da Silveira informou que para o estabelecimento de um  
114 acordo, as universidades envolvidas precisam emitir um documento de concordância e  
115 propôs que tal documento fosse emitido pelo CEPG, ficando todas as demais atribuições  
116 delegadas aos programas. A Professora Leila registrou que todos os que falaram com  
117 relação ao papel dos programas chamaram a atenção para a necessidade de fortalecê-  
118 lo nesse processo. Foi concedida a palavra ao Diretor da DRI, Vitor Alevato, que  
119 sublinhou que o texto disponibilizado aos conselheiros resultou do trabalho coletivo da  
120 comissão. Em seguida, a Presidente sistematizou as principais questões discutidas até  
121 então e acrescentou que o debate está sendo conduzido no sentido de tratar da

122 agilidade dos acordos e esclarecer os eixos principais do mesmo. O Professor Orlando  
123 realçou o que considera que há uma pequena inconsistência na proposta, com relação  
124 aos dois tipos de acordos. O Professor Orlando argumentou que, se o acordo de  
125 cotutela aberto for entre duas universidades, ficará incoerente com o artigo 3º, que diz  
126 que todos os acordos de cotutela serão apreciados pela Comissão Deliberativa dos  
127 Programas de Pós-Graduação. O Professor Orlando questionou que se um acordo  
128 aberto não deveria ser assinado pelas duas universidades e por todos os programas de  
129 pós-graduação que fazem parte da UFRJ. O Professor Marcelo Alvaro sublinhou que, em  
130 sua interpretação, existem dois documentos com duas tramitações diferentes, ou seja,  
131 dois procedimentos. No primeiro, dois documentos tramitam de forma separada: o  
132 documento de acordo aberto, tramitando nos órgãos superiores da universidade; e o  
133 documento operacional, tramitado apenas no programa. Com relação ao acordo  
134 fechado, o Professor Marcelo Alvaro afirmou que o processo tramita no programa no  
135 aspecto operacional e depois tramita nos órgãos superiores da universidade apenas no  
136 que se refere ao acordo. O Professor Carlos Renato Rezende Ventura questionou sobre  
137 a possibilidade de o acordo fechado ser o ponto de partida para o acordo aberto. O  
138 Diretor da DRI informou que a cooperação internacional é feita por meio do diálogo e  
139 esclareceu que a ideia de manter o acordo fechado vem do fato de que ele é exigido  
140 pela maioria das universidades estrangeiras. Acrescentou que, a partir do momento que  
141 o acordo fechado é assinado, a única maneira de expandi-lo é através de termos  
142 aditivos, se as duas partes concordarem e não houver nenhuma cláusula impedindo. A  
143 Professora Beatriz solicitou esclarecimentos de como a DRI está dando visibilidade às  
144 informações sobre acordos. Segundo o Diretor da DRI, todas as informações sobre  
145 assinatura dos acordos internacionais estão no site da DRI. A Professora Leila sugeriu  
146 que todos visitassem a página da DRI e fizessem sugestões sobre a forma de  
147 divulgação das informações. O Professor Marcelo Alvaro questionou se a DRI apenas  
148 responde a demandas por acordos internacionais ou se também os propõe. O Diretor  
149 da DRI explicou que a DRI pode propor a assinatura de um acordo, porém o ideal é que  
150 parta de uma unidade acadêmica. A Professora Leila agradeceu a presença do Diretor  
151 da DRI e insistiu para que a proposta de resolução retorne para a Comissão,  
152 incorporando o que foi debatido, ressaltando que é preciso ampliá-la. O Professor José  
153 Luis acrescentou que, pela importância do tema, seria pertinente que os Presidentes de  
154 Câmaras deste Conselho participassem dessa Comissão, atuando como centralizadores  
155 das informações. A Professora Leila esclareceu que a mesa acatava a referida proposta  
156 de ampliação da Comissão. A Presidente solicitou a prorrogação da sessão por 30  
157 minutos. Colocada em votação, a prorrogação foi aprovada com uma abstenção. Em  
158 seguida, a Presidente colocou em votação a incorporação dos Presidentes das Câmaras  
159 na Comissão de cotutela. A incorporação foi aprovada com duas abstenções. Com  
160 relação ao relato de processos, a Professora Leila informou que na semana passada  
161 foram apreciadas duas propostas de cursos novos e a CAAC recomendou alguns ajustes  
162 para o de Química Pura e Aplicada. De acordo com a Professora Leila, é preciso  
163 formalizar a aprovação ou não da proposição. O Professor Fabio informou que a  
164 redação final do parecer estava a cargo do Professor Josefino Cabral de Melo Lima, que,

165 por problemas de saúde, não pôde estar presente à Sessão. Ainda de acordo com o  
166 Professor Fábio, o parecer é favorável à aprovação da proposição, pois todos os ajustes  
167 solicitados foram cumpridos. A Professora Leila informou que o parecer detalhado da  
168 CAAC será trazido na próxima Sessão. O parecer positivo da CAAC referente ao  
169 Programa de Química Pura e Aplicada foi colocado em votação e aprovado por  
170 unanimidade. A Presidente acrescentou que o parecer da CLN referente ao regulamento  
171 também foi favorável e se encontra no escopo do processo. A Presidente comunicou  
172 que foi demandado que o Programa de Gestão e Inovação da FACC e o Programa de  
173 Mestrado Profissional em Ensino e Educação reelaborassem as propostas, visando uma  
174 nova apresentação ao CEPG. O Professor Henrique Cairus lembrou que na próxima  
175 Sessão Ordinária já deverá ter saído o resultado da avaliação quadrienal da CAPES e  
176 ressaltou que seria pertinente pautar uma breve exposição sobre o desempenho  
177 institucional. A Professora Leila destacou que o tema terá prioridade assim que o  
178 resultado for divulgado pela CAPES. A Professora Leila Rodrigues da Silva deu por  
179 encerrada a sessão às doze horas e vinte minutos. Para constar, eu, Denilson Santos de  
180 Jesus, Secretário do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela  
181 Presidente da sessão, Professora Leila Rodrigues da Silva, e por mim.

182

183

184 Denilson Santos de Jesus  
185 Secretário

Leila Rodrigues da Silva  
Presidente